

# ***SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA BRASILEIRAS SOB O PRISMA DO CAPITALISMO: SUSTENTABILIDADE É POSSÍVEL?***

**SURVIVAL OF BRASILIANS ECONOMY SYMPATHETIC COMPANIES IN  
CAPITALISM PRISM: IS SUSTAINABILITY POSSIBLE?**

**SUPERVIVENCIA DE LAS EMPRESAS DE ECONOMÍA SOLIDARIA BRASILEÑAS  
BAJO EL PRISMA DEL CAPITALISMO: ¿LA SOSTENIBILIDAD ES POSIBLE?**

## **Ademir Moreira Bueno**

Mestre em Sociologia do Trabalho pela UFPR. Professor do Centro Universitário Internacional UNINTER. [ademir.b@uninter.com](mailto:ademir.b@uninter.com)

## **Aline Mara Gumz Eberspacher**

Mestre em Sociologia pela Liens Sociaux - Liens Symboliques e doutorado em Sociologia, Economia Social e Solidária pela Université Paul Valéry - UM3 - Université de Montpellier III – França. Professora do Centro Universitário Internacional UNINTER. [aline.e@uninter.com](mailto:aline.e@uninter.com)

## **Elizeu Barroso Alves**

Mestre em Administração pela Universidade Positivo. Professor do Centro Universitário Internacional UNINTER. [elizeu.a@uninter.com](mailto:elizeu.a@uninter.com)

## **Vanessa Estela Kotovicz Rolon**

Doutoranda em Administração pela Universidade Positivo. Professora do Centro Universitário Internacional UNINTER. [vanessa.ro@uninter.com](mailto:vanessa.ro@uninter.com)

## **RESUMO**

Este texto ensaia se existem formas de sobrevivência sustentável das Empresas de Economia Solidária dentro da lógica de mercado capitalista, partindo da seguinte indagação: “existem formas de as empresas de economia solidária serem sustentáveis dentro do prisma do sistema capitalista?”. Para isso, versam-se (I) a concepção e natureza das EES, (II) o preceito de visão de mercado sob à ótica do sistema capitalista; e (III) os pilares que sustentam a compreensão de sustentabilidade, suas origens de entrar para o rol de estudos organizacionais e ser tão almejado pelas organizações, principalmente as organizações managements. Como contribuição, este ensaio colabora com discussões sobre o papel social e sobrevivência das EES, oferecendo subsídio teórico-conceitual para a realização de estudos empíricos das práticas organizacionais de sobrevivência e, por fim, provocando como as ideias e discussões sobre a sustentabilidade podem ser apenas uma reconfiguração do sistema capitalista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Empresas de Economia Solidária; Capitalismo; Sustentabilidade

*SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA  
BRASILEIRAS SOB O PRISMA DO CAPITALISMO: SUSTENTABILIDADE É  
POSSÍVEL?*

**ABSTRACT**

*This text essay if there are forms of sustainable survival of Sympathetic Economy Companies within the logic of the capitalist market, starting from the following question: "Are there forms of solidarity-based economy companies be sustainable within the prism of the capitalist system?". For this, (I) it examines the nature conception the design and nature of the Sympathetic Economy Companies, (II) the provision of market vision under the great capitalist system; and (III) the pillars that underpin the understanding of sustainability, their origins joined the roster of organizational studies and be as sought by organizations, mainly the managements organizations. As a contribution, this essay collaborates with discussions on the social role and survival of the Sympathetic Economy Companies, offering theoretical-conceptual allowance for empirical studies of organizational practices and, finally, provoking as the ideas and discussions about sustainability can be just a reconfiguration of the capitalist system.*

**KEYWORDS:** Sympathetic economy companies; Capitalism; Sustainability

**RESUMEN**

*Este texto explica si hay formas de supervivencia sostenible de las Empresas de Economía Solidaria dentro de la lógica del mercado capitalista, a partir de la siguiente pregunta: ¿hay maneras de que las empresas de economía solidaria sean sostenibles bajo el prisma del sistema capitalista?". Para esto, se aborda (I) la concepción y la naturaleza de las EES, (II) la prestación de la visión de mercado en el gran sistema capitalista; y (III) los pilares que sostienen la comprensión de la sostenibilidad, sus orígenes de entrar para la lista de estudios organizacionales y ser buscado por las organizaciones, principalmente las organizaciones de gestión. Como un aporte, este ensayo colabora con debates sobre el papel social y la supervivencia de las EES, ofrece margen teórico-conceptual para la realización de estudios empíricos de las prácticas organizacionales de supervivencia y, por último, provocan las ideas y discusiones sobre la sostenibilidad pueden ser simplemente una reconfiguración del sistema capitalista.*

**PALABRAS-CLAVE:** Empresas de Economía Solidaria; Capitalismo; Sostenibilidad.

## **INTRODUÇÃO**

Novas formas de organização econômica, vem se solidificando gradualmente no Brasil. Essas iniciativas são qualificadas de economia solidária ou nova economia social, pertencentes ao terceiro setor. De um modo geral, pode-se dizer que o objetivo deste modelo econômico é combater as desigualdades sociais e econômicas, consequências do capitalismo.

A economia solidária se diferencia da economia capitalista de mercado pelo fato do empreendimento não possuir um chefe e não ter o lucro como objetivo. Significa que em uma cooperativa da economia solidária todos os participantes têm

o mesmo poder de decisão. E o resultado financeiro, o chamado lucro, é dividido entre todos os cooperados de modo igualitário.

Singer<sup>1</sup> (s/d) destaca que “A economia solidária é uma economia composta por empresas, onde os trabalhadores são os capitalistas e os capitalistas são os trabalhadores. Não há uma separação entre a propriedade e o trabalho. Todos que trabalham na empresa são proprietários da empresa, e todos tem o mesmo direito de decisão. O pilar da economia solidária é a autogestão”. É importante destacar que nem todas as cooperativas no Brasil pertencem a economia solidária, pois nem todas são autogeridas (Singer, 1999).

Ainda nessa conjuntura temos esse gap entre as organizações de economia solidária vivendo e atuando em um mercado capitalista e, tentando ser competitivo diante de inúmeros *players* bem mais capitalizados e com uma melhor estrutura. Nesse âmbito temos a luta das organizações para além de sua sobrevivência, temos a questão de serem sustentavelmente capazes de se manter nesse quadro. Jacob (2003), explica que a sustentabilidade passou a ser um novo critério, primordial e básico onde se busca o estímulo permanentemente das responsabilidades éticas, nas quais temos uma ênfase nos aspectos extra econômicos que vão servir para reconsiderar os aspectos relacionados com a equidade, a justiça social e a própria ética dos seres vivos.

Partindo disso, a questão norteadora deste ensaio esboça-se do seguinte modo: existem formas das organizações de economia solidária serem sustentáveis dentro do prisma do sistema capitalista? Assim, este ensaio teórico tem por objetivo explicitar e entender se é possível tal sobrevivência, refletindo acerca de quais possibilidades existem na conjectura atual. Num primeiro momento, discutiremos sobre noções de organização de economia solidária; posteriormente, conceituaremos o sistema capitalista e sustentabilidade; e, por fim, articularemos a análise explorando de que forma existe abertura para tal sobrevivência.

---

<sup>1</sup> Entrevista de Paul Singer, <http://www.akatu.net/conheca/visualizarConteudo.asp?InfoID=285>. Disponível em 15/06/2008.

*SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA  
BRASILEIRAS SOB O PRISMA DO CAPITALISMO: SUSTENTABILIDADE É  
POSSÍVEL?*

## **CONTEXTO BRASILEIRO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Não existe uma data específica que identifique o surgimento deste modelo econômico. As primeiras iniciativas deste modelo econômico foram as cooperativas, que surgiram no final do século XIX, na Europa, como o objetivo de combater o alto custo de vida, consequências das transformações econômicas da época. As cooperativas eram de compra e venda de produtos.

Quando se trata em estudar o fenômeno das organizações de economia solidária no Brasil, alguns autores remetem-se ao início dos anos 90, no qual a nação estava alambrada em um colapso econômico, pós-ditadura militar, e tentando reencontrar-se com a democracia. Laville e Gaiger (2009), explicam que o termo “economia solidária” é empregado em perspectivas amplas por diversos autores, porém estas sempre se convergem para a definição de organizações que vão de encontro a ideia de solidariedade, negando a ideia individualista, caracterizada por uma lógica de cálculo utilitário de consequências, sendo esta a concepção dominante na sociedade de mercado. Ou seja, as organizações de economia solidária se configuram com base nos princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática.

Apesar desse modelo ganhar força durante os anos 90, com a criação de redes de apoio<sup>2</sup>, pode se observar a ação das cooperativas de produção, no sul do país, desde o final do século XIX, trazido pelos imigrantes europeus. As cooperativas associativas rurais, socializavam os meios de produção, como os equipamentos, as máquinas e os entrepostos. Significa que as compras e as trocas de produtos eram decididas e realizadas de modo cooperativo (GAIGER, 2003).

Segundo Culti (2004), a economia solidária tem se tornado um hábil mecanismo para a geração de trabalho e renda, na qual os empreendimentos, em sua grande maioria são constituídos por trabalhadores de segmentos sociais de baixa

---

<sup>2</sup> <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/> Disponível 17/02/2014.  
*Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade* | vol. 8, n.4 | jan – jun 2015

renda, desempregados, trabalhadores do mercado informal ou subempregados, e também pelos empobrecidos.

A cooperativa de produção, talvez a mais importante das empresas solidárias, surge muitas vezes como defesa contra a ameaça da pobreza. Empresas capitalistas em vias de falir são assumidas pelos seus trabalhadores, que integralizam o capital com seus créditos trabalhistas e, naturalmente, as reorganizam como empreendimentos autogestionários. A outra origem importante das cooperativas de produção é a cooperativa de consumo. Esta surge como reação à exploração sofrida pelos pobres nas mãos do comércio varejista, na época da 1ª Revolução Industrial. Com o seu crescimento, o cooperativismo de consumo suscita o de produção, oferecendo a este um mercado preferencial. (SINGER, 2001, p.106)

Se por um lado, esse modelo econômico permite a inclusão social das pessoas excluídas pelo capitalismo (SCHERER-WARREN, 1999), por outro lado, é um espaço econômico que possibilita a geração de empregos para a nova economia (RIFKIN, 2000). Essa teoria é destacada pelo pesquisador Rifkin<sup>3</sup> em seu último livro. Ele argumenta que com a falta de emprego, ocasionada pela automação das indústrias, a economia solidária será um espaço para os profissionais se unirem e produzirem em cooperativa. Segundo o autor, essa é a opção para fazer economia girar, no mercado capitalista.

Tal afirmação vem de encontro ao pensamento de Gaiger (2012), que explana a via da concepção de tais organizações, destaca o aumento do olhar acadêmico-científico sobre o tema.

Desde os anos 1990, o dinamismo e a ampliação progressiva da Economia Solidária no Brasil deram lugar a um leque amplo de mobilizações que tinham a intenção de promovê-la como alternativa de renda e de qualidade de vida, convertendo-a em objeto de crescente interesse científico. (GAIGER, 2012, p. 5)

---

<sup>3</sup> RIFKIN, J. Empregos para uma nova economia. [www.exame.com](http://www.exame.com). Acesso em 06/02/2014.

*SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA  
BRASILEIRAS SOB O PRISMA DO CAPITALISMO: SUSTENTABILIDADE É  
POSSÍVEL?*

O interesse no desenvolvimento das organizações de economia solidária do Brasil, num patamar em nível federal, teve um grande salto quando em 2001 foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que tinha como objetivo ser o interlocutor de tal temática com o Governo Federal. A criação do FBES aconteceu dentro do Fórum Social Mundial. Dois anos depois, em 2003 tivemos a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cuja missão era a articulação e formulação de políticas de apoio e fomento ao desenvolvimento das organizações de economia solidária no Brasil. Por fim, em 2004 ocorreu a criação da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil (UNISOL Brasil), tendo esta a finalidade de organizar, representar e articular nacionalmente as cooperativas, associações e outras organizações auto gerenciáveis da economia solidária. Tais iniciativas deixam claro a elevada visibilidade que a temática teve na agenda Nacional.

No sentido de conhecer a realidade das organizações de economia solidária no Brasil, a SENAES concebeu em parceria com o FBES o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), sendo este um instrumento para identificação e registro das organizações, entendidas como EES, para a construção de uma base nacional de informações em economia solidária, para além dos EES, as entidades de apoio, assessorias e entidades de fomento.

Dentro da classificação do EES, os empreendimentos de economia solidária se esboçam dentro de uma lógica coletiva, na qual podemos identificar as várias categorias: as associações, os grupos de produção, os clubes de troca, e as cooperativas, sendo esta última a grande referência quando se trata de EES.

Singer (2002, p. 9-10), esclarece:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela de capital e, por decorrência, o mesmo

direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. *Ninguém manda em ninguém.* E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos.

Atualmente, no Brasil, contamos com dois grandes estudos sobre EES, ambos realizados pelo SIES, sendo o primeiro publicado em 2007, com a temática de Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, onde a base de estudos foram os anos de 2005-2007; e a segunda publicação do mapeamento em 2013, com base nos anos 2009-2010. Uma vez que existem dois estudos, diversos autores permeiam sobre a questão da sustentabilidade das EES. Por exemplo, temos o trabalho de Kuyven e Kappes (2013) publicado no VIII Congresso Internacional Rullescoop, ocorrido nos dias 3 a 7 de dezembro de 2013, dentro do Grupo de Trabalho 4 – Fatores de viabilidade das organizações cooperativas e solidárias – que trata da relação entre o grau de solidarismo e o índice de sobrevivência de empreendimentos econômicos solidários na região sul do Brasil. Em tal trabalho apresentou-se que no primeiro mapeamento (2007) haviam no Brasil 21.589 EES. Já no segundo mapeamento (2013) esse número caiu para 19.708. Neste sentido, já temos um panorama sobre a sobrevivência dos EES.

## **A LÓGICA DO SISTEMA CAPITALISTA**

O estudo das organizações se faz necessário para entender como, ao longo do tempo, elas se configuraram de maneiras diferentes, adequando-se ao momento histórico em que estavam inseridas. Com isso, é fundamental entender o papel da sociedade que se encontra dividida em organizações, já que nascemos em uma organização, vivemos transitando entre organizações, estudamos organizações, e nos alimentamos de uma organização.

*SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA  
BRASILEIRAS SOB O PRISMA DO CAPITALISMO: SUSTENTABILIDADE É  
POSSÍVEL?*

Desta forma, entendemos que a organização é um produto social e de mudança social, ou seja, as coisas foram se transformando num processo de racionalização ou burocratização da sociedade. Isso vindo em consonância com que Martins (*apud* SERVA, 1996, p. 13) cita, ao descrever que:

Devido ao fato de que as organizações atuais são sistemas construídos para atender às necessidades econômicas e administrativas da sociedade, constituindo-se assim numa dimensão extremamente ativa da sociedade, acabam por funcionar como uma segunda instância de socialização dos indivíduos.

Neste processo de racionalização/burocratização da sociedade, temos em predominância um sistema econômico pautado pelo cálculo utilitário de conseqüências das ações humanas, que dá espaço ao individualismo o que Weber vai denominar como racionalidade formal.

Weber (1982, p. 251) descreve o tipo racional:

Sua natureza específica, bem recebida pelo capitalismo, desenvolve-se mais perfeitamente na medida em que a burocracia é “desumanizada”, na medida em que consegue eliminar dos negócios oficiais o amor, o ódio, e todos os elementos pessoais, irracionais e emocionais que fogem ao cálculo. É essa a natureza específica da burocracia, louvada como sua virtude especial.

Thiry-Cherques (2009, p. 899), ao comentar os trabalhos de Weber revela:

Segundo a denominação de Weber, a racionalidade formal é constituída pela calculabilidade e predicabilidade dos sistemas jurídico e econômico. No campo das organizações, a racionalidade formal está presente em aparelhos como o contábil e o burocrático. Implica regras, hierarquias, especialização, treinamento.

Para Serva (1996, p. 24):

Como muitos outros estudiosos, Guerreiro Ramos denominou a razão baseada em cálculo como “instrumental”, termo com significação equivalente às denominações “utilitária”, “formal”, “técnica”, “econômica”, “com respeito a fins”, empregadas por diversos autores. A este tipo de racionalidade, contrapôs radicalmente a razão substantiva. Para ele, a razão substantiva é um atributo natural do sujeito, reside na psique humana. Por meio dela, os indivíduos poderiam ordenar a sua vida pessoal na direção da auto realização, contrabalançando a sua própria busca de emancipação/auto realização com o alcance da satisfação social, ou seja, levando em conta também o direito dos outros indivíduos de buscá-la. As chaves para esse balanceamento seriam o debate racional e, sobretudo o julgamento ético-valorativo permanente das ações.

Com isso, temos a predominância de uma racionalidade instrumental que vai moderar a forma de percepção de mercado, e em até certo momento desprezar, limitar ou excluir organizações que não seguem essa mesma lógica. Assim, temos a afirmação de Gaiger (2009) que a conjuntura da economia de mercado confere condições cada vez mais exigentes quanto às competências, capacidades de inovação e desempenho competitivo. E é nesse panorama contextual que se encontram os EES.

Cruz e Guerra (2009, p.96), esclarecem:

Nas iniciativas autogeridas, as assimetrias de conhecimento podem resultar (e frequentemente ocorre) em assimetrias de poder. Como processo dialógico, a economia solidária *representa um futuro que se confronta com o presente*: ela estabelece relações de trabalho não-capitalistas em empreendimentos econômicos que necessitam sobreviver no mercado capitalista e isto exige a produção de um conhecimento novo, que se realiza na prática dos empreendimentos, mas também na reflexão crítica que se pode fazer sobre ela. Muito teóricos invalidam tais experiências sob o argumento da impossibilidade prática deste processo contraditório;

*SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA  
BRASILEIRAS SOB O PRISMA DO CAPITALISMO: SUSTENTABILIDADE É  
POSSÍVEL?*

entretanto, as iniciativas solidárias seguem aparecendo e seguem lutando por sua consolidação, como indicam os números que vimos há pouco.

Sabadini (2013) afirma que o capitalismo é um sistema dinâmico por natureza, o qual acaba criando novas maneiras de acumulação, ou seja, o sistema vai sempre se modificar para sustentar e ampliar suas relações de dominação. Por exemplo, quando voltamos ao histórico do sistema, vemos que a questão de mercadoria evoluiu, onde a mercadoria se transformou em relação ao movimento do capitalismo. Outra mudança é o valor-trabalho se consolidou sob os aspectos de encarnação sob a forma dinheiro de uma relação cada vez mais complexa e incestuosa com o trabalho.

Com a forma dinheiro – um representante mais desenvolvido do valor – o fetiche e a substantivação do valor se desenvolvem significativamente, passando a um nível mais elevado de abstração; na representação contraditória e profunda da natureza do sistema capitalista, o dinheiro expressa o signo das relações sociais, políticas e econômicas entre os indivíduos. Ele é um dos instrumentos de dominação, de exploração, de reificação das relações humanas identificadas ao caráter inanimado e quantitativo das mercadorias. (SABADINI, 2013, p. 588)

Tal afirmativa vai ao encontro de Bauman (2010, p. 17):

Como em todas as mutações precedentes do capitalismo, desta vez o Estado também participou da criação de novos pastos a explorar: foi do presidente Clinton a iniciativa de introduzir nos Estados Unidos as hipotecas *subprime*. Elas eram garantidas pelo governo, a fim de oferecer crédito, para compra da casa própria, a pessoas desprovidas dos meios de pagar a dívida assumida, e, portanto, a fim de transformar setores da população até então inacessíveis à exploração creditícia em devedores.

E, é dentro desse prisma que se encontram as EES, dentro de um sistema onde Sabadini (2013, p. 589) descreve que o capitalismo tem por “objetivo único é valorizar o valor, adquirir mais-valia, buscar constantemente novas formas de acumulação”.

*Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade | vol. 8, n.4 | jan - jun 2015*

Onde as empresas de ordem convencionais capitalista de mercado objetivam auferir lucro para enriquecer o detentor de seu capital, e nas EES o objetivo de lucro é auferir uma melhor qualidade de vida aos seus cooperados.

## **SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL**

A grande questão de sustentabilidade permeia todas as organizações, desde as individuais, passando pelos familiares até chegar nas megas organizações. Quando se trata de sustentabilidade, muitos acreditam se tratar apenas da questão ambiental, porém esse é apenas um dos pilares. Existem várias concepções para sustentabilidade, porém a mais conhecida é o arranjo de três pilares: econômico, ambiental e social.

A maioria dos estudos afirma que sustentabilidade é composta de três dimensões que se relacionam: econômica, ambiental e social. Essas dimensões são também conhecidas como *triple bottom line*. (DE OLIVEIRA CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008, p. 290)

Almeida (2002, *apud* DE OLIVEIRA CLARO, CLARO E AMÂNCIO, 2008, p. 290), afirma que a dimensão ambiental ou ecológica está voltada para o âmbito das organizações para que estas considerem o impacto de suas atividades sobre o meio ambiente, na forma de utilização dos recursos naturais, e contribui para a integração da administração ambiental na rotina de trabalho. Por outro lado, a dimensão social está relacionada às qualidades dos seres humanos, como suas habilidades, dedicação e experiências, abrangendo tanto o ambiente interno da empresa quanto o externo. Por fim, a dimensão econômica está relacionada não apenas com a economia formal, mas também as atividades informais que fornecem serviços para os indivíduos e grupos e aumentam, assim, a renda monetária e o padrão de vida dos indivíduos. Neste último caso, temos o enquadramento das EES.

*SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA  
BRASILEIRAS SOB O PRISMA DO CAPITALISMO: SUSTENTABILIDADE É  
POSSÍVEL?*

Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável popularizou-se mundialmente a partir de 1987, quando foi utilizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas em seu relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland. O relatório dessa Comissão vem difundindo, desde então, o conceito de desenvolvimento sustentado, que passou a figurar sistematicamente na semântica de linguagem internacional, servindo como eixo central de pesquisas realizadas por organismos multilaterais e, mesmo, por grandes empresas. (DE OLIVEIRA CLARO; CLARO; AMANCIO, 2008, p. 291)

Desta forma, temos os avanços oriundos da globalização e o crescente aumento da população impactando os pilares da sustentabilidade, e hoje o que temos é um número grande de indivíduos às margens da pobreza, empresas de menor potencial econômico não resistindo a competitividade de mercado e a real noção de que os recursos naturais – que são processados e viram mercadorias – são limitados, diferentemente de outrora quando o raciocínio era de que estes eram inesgotáveis e sempre capaz de servir às necessidades de consumo.

O modelo atual de desenvolvimento econômico vem gerando enormes desequilíbrios sociais. Em outras palavras, nunca houve tanto crescimento, riqueza e fartura ao lado de tanta miséria, degradação ambiental e a poluição, e é neste cenário que se encaixa o desenvolvimento sustentável, como uma maneira de equilibrar e dar continuidade a atividades essenciais a qualidade de vida. É neste cenário que surgem os ideais sobre o desenvolvimento sustentável. (ARAÚJO et al., 2006, p.3).

Diante de tal perspectiva, existe um indicativo de que cada vez mais as organizações estão refletindo de forma holística na questão do bom uso dos recursos naturais, no consumo consciente de materiais e tem como cerne a preocupação com o desenvolvimento sustentável, onde estes objetivam a possibilidade de garantir mudanças sociais, equilíbrio econômico e, acima de tudo que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades.

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA, CAPITALISMO E SUSTENTABILIDADE: ARRANJO ENTRE AS TEMÁTICAS**

Não é à toa que existe um movimento em torno da busca da sustentabilidade por conta das organizações, ora, não deixamos de lembrar que esta está dentro de uma lógica capitalista. Esse movimento pode senão ser apenas uma forma do sistema em manter o sistema? Onde por parte das organizações convencionais o pilar mais forte – talvez o mais importante, pois dele advém o lucro – o pilar econômico.

Nota-se que, dentro das organizações, a prioridade gerencial se traduz no crescimento quantitativo ou maximização do retorno para o acionista; isso implica que os demais interesses organizacionais se tornam subordinados a este. Assim, questões como responsabilidade socioambiental, qualidade de vida do funcionário, interesses de minorias, ação comunitária, entre outras tornam-se secundárias. (VIZEU; SEIFERT, 2014, p. 131)

Tal afirmativa, encontra explicação em De Oliveira Claro, Claro e Amâncio (2008, p. 293):

Em suma, pode-se afirmar que o envolvimento das empresas com as questões socioambientais pode transformar-se numa oportunidade de negócios, contribuindo para a melhoria de qualidade de vida dos *stakeholders* e a sustentabilidade dos recursos naturais. A preocupação de muitas organizações com o problema da poluição, por exemplo, tem feito com que elas reavaliem o processo produtivo, buscando a obtenção de tecnologias limpas e o reaproveitamento dos resíduos. Isso tem propiciado grandes economias, que não teriam sido obtidas se elas não tivessem focado esse problema. Os benefícios econômicos podem resultar de economia de custos ou incremento de receitas. Os benefícios estratégicos resultam da melhoria da imagem institucional, da renovação da carteira de produtos, aumento da produtividade, alto comprometimento do pessoal, melhoria nas relações de trabalho, melhoria da criatividade para novos desafios e melhoria das relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas.

*SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA  
BRASILEIRAS SOB O PRISMA DO CAPITALISMO: SUSTENTABILIDADE É  
POSSÍVEL?*

Com isso, podemos entender que a forma de pensar sustentável está atrelada às premissas do capitalismo, onde nos parece que tal exigência visa atender uma demanda de mercado, onde as organizações mais capitalizadas podem se diferenciar ante seus concorrentes e clientes. Lima (2003), alerta que podemos observar o discurso da sustentabilidade oriundo de discurso do desenvolvimento econômico, sendo ele produzido e alastrado pelos países referência em capitalismo, particularmente os Estados Unidos da América para o resto do mundo, isso em plena Guerra Fria. Tal entendimento encontra coro com Arruda e Quelhas (2010), no qual temos a ampliação do debate em torno da sustentabilidade.

Grandes empresas vêm se mobilizando na busca do alinhamento de suas práticas com valores socioambientais mais justos, promovendo uma abordagem de negócio onde se cria valor de longo prazo para o acionista. (ARRUDA; QUELHAS, 2010, p. 55)

Vale também lembrar que toda essa reorientação da ideia de desenvolvimento se deu no contexto de crise do próprio capitalismo e de consolidação de uma hegemonia do pensamento e de políticas neoliberais, postas em prática a partir dos anos 80, como parte da estratégia global de reestruturação sistêmica. (LIMA, 2003, p. 103)

Dessa forma, compreendemos que da forma como está configurado o sistema capitalista, as EES enfrentam diversos problemas de sobrevivência, pois sua lógica de funcionamento e de se organizar – não convencional aos olhos das organizações *management* – está desconexa com relação ao prisma capitalista. Vizeu e Seifert (2014, p. 137) relatam que “sabe-se que muitas organizações crescem pela canibalização de negócios menores, que, muitas vezes, cumprem papel central na vida econômica de pequenas comunidades locais”. De ponto de vista das EES, pela sua concepção de existir e seu envolvimento do cooperativismo enxergamos esses percalços, onde por sua grande maioria não possuem uma administração profissional tende a encerrar suas atividades.

Com efeito, atentando para a importância das EES em um país subdesenvolvido como o Brasil, o percurso aqui realizado demonstra que está tal está

*Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade | vol. 8, n.4 | jan - jun 2015*

a configuração atual de mercado, tais organizações não possuem condições amplas de alcançar a sustentabilidade, onde elas até podem – e o fazem – dar a ênfase no social, vide seus cooperados muitas vezes serem indivíduos em fragilidade social; ênfase no ambiental, vide de muitas dessas EES trabalham com reciclagem e transformação de produtos descartados; porém no âmbito econômico, onde está a concorrência entre elas e as organizações convencionais, as EES saem em desvantagem, pois não são capitalizadas o suficiente para atuar na lógica do mercado capitalista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Obviamente dentro de um estudo crítico, o olhar para a temática se dá para a denúncia de um panorama aceito por toda uma maioria, uma vez que esta está condicionada ao sistema. Ao trazer luz a realidade das EES nos faz refletir a sua importância social, e o seu existir dentro de um sistema de mercado onde não a privilegia.

Na segunda fase do desenvolvimento industrial – quando os Estados Unidos foram reconhecidamente a grande nação a liderar esse processo, a ideologia empreendedora do progresso pela iniciativa do empreendedor foi substituída pela concepção racionalista da gestão científica, em que se vislumbra o administrador profissional como o novo artífice do processo de crescimento, agora, tendo por referência a organização racional do empreendimento corporativo, baseado no capital monopolista e na estrutura burocrática. (BENDIX, 1974 *apud* VIZEU; SEIFERT, 2014, p.135)

Por outro lado, Singer (2001, p. 105) afirma:

Não deve surpreender que as organizações sociais e econômicas inventadas e mantidas por pobres (desprovidos de propriedade) sejam regidas muito mais pela solidariedade do que pela competição. A economia solidária compreende diferentes tipos de ‘empresas’, associações voluntárias com o fim de proporcionar a

*SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA  
BRASILEIRAS SOB O PRISMA DO CAPITALISMO: SUSTENTABILIDADE É  
POSSÍVEL?*

seus associados benefícios econômicos. Estas empresas surgem como reações a carências que o sistema dominante se nega a resolver.

Este ensaio teve como principal propósito discutir as possibilidades de sobrevivência sustentável das EES dentro de um prisma capitalista, articulando, para isso elementos concepcionais das EES, capitalismo e sustentabilidade. Ao fazermos tal conexão, podemos visualizar que não existe essa possibilidade de existência neste sistema que está posto. Sabadini (2013, p.589) afirma que o “capitalismo sempre desenvolveu novas formas funcionais, metamorfoseando invariavelmente todas as relações de poder, de trocas e mesmo de classes no seio de sua sociedade”. Desta forma, não existe espaço para organizações como as EES, pois sua natureza vai de encontro com as premissas do capitalismo, principalmente o que tange uma sustentabilidade criada a partir de um momento de readequação do sistema.

Por fim, Bauman (2010) explana que o recente “tsunami” financeiro em nível global demonstrou a milhões de indivíduos que são convencidos pela ilusão da prosperidade econômica social por meio do capitalismo e seus os métodos incontestáveis para a solução dos problemas, que este sistema se sobressai por criar problemas, e não por solucioná-los. E é nesse contexto que as EES não conseguem se viabilizar sustentavelmente.

## REFERÊNCIAS

DE ARAÚJO, Geraldino Carneiro et al. Sustentabilidade empresarial: Conceito e indicadores. **Anais do 3 Congresso virtual brasileiro de administração**. 2006.

ARRUDA, Luis; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. Sustentabilidade: um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e o meio ambiente. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 36, n.3, set./dez. 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

DE OLIVEIRA CLARO, Priscila Borin; CLARO, Danny Pimentel; AMÂNCIO, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 43, n. 4, 2008.

CRUZ, Antonio; GUERRA, Janaína da Silva. In: HERBERT, Sérgio et al. **Participação e práticas educativas - a construção coletiva do conhecimento**. São Leopoldo: Oikós, 2009. pp. 90-105.

CULTI, Maria Nezilda. Economia solidária: incubadoras universitárias e processo educativo. **Revista PROPOSTA, Publicação da FASE**, Jan/Mar, ano, v. 31, 2004.

GAIGER, L. Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da Economia Solidária. **BIB**. São Paulo, n. 73, 1º Semestre de 2012, p. 5-20.

\_\_\_\_\_. I.L'économie solidaire au Brésil: l'exemple du sud, in **Revue du Mauss : L'alteréconomie. Quelle « autre mondialisation »**, n. 21, Paris, 2003. pp. 81- 96.

\_\_\_\_\_. **Empreendimento Econômico Solidário**. In: GAIGER, Luiz et al. (Org.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

JACOB, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p.189/205, março/ 2003.

KUYVEN, Patrícia Sorgatto; KAPPES, Sylvio Antonio. Relação entre o grau de solidarismo e o índice de sobrevivência de empreendimentos econômicos solidários na região sul do Brasil. **Anais do Congresso Internacional Rullescoop**. Unisinos: 2013

LAVILLE, J; GAIGER, L. **Economia solidária**. In: GAIGER, Luiz et al. (Org.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

LIMA, Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003.

RIFKIN, J. Identidade e natureza do terceiro setor, in **3º Setor: desenvolvimento social sustentável** (org. IOSCHPE, E.B.), São Paulo: Gife/Paz e Terra, 2000. pp 13-23.

SABADINI, Mauricio de Souza. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 583-608, dez. 2013.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**. Ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

*SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA  
BRASILEIRAS SOB O PRISMA DO CAPITALISMO: SUSTENTABILIDADE É  
POSSÍVEL?*

SERVA, Maurício. **Racionalidade e Organizações: o fenômeno das organizações substantivas**. São Paulo: EAESP/FGV, 1996. 633 p. (Tese de Doutorado apresentado ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Organização, Planejamento e Recursos Humanos)

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001.

THIRY-CHERQUES, H. R. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. **Revista de Administração Pública - RAP** — Rio de Janeiro 43(4):897-918, JUL./AGO. 2009

VIZEU, Fabio; SEIFERT, Rene Eugênio. Crescimento Organizacional: Uma Ideologia Gerencial? **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, pp. 127-141, Jan./Fev. 2014.

WEBER. Burocracia. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. p. 229-282.